



2433 - Trabalho Completo - XII ANPEd-SUL (2018)  
Eixo Temático 09 - Currículo

DISCURSO, CURRÍCULO E TRABALHO PEDAGÓGICO: POTENCIALIDADES ANALÍTICAS PARA AS PESQUISAS EM EPT  
Letícia Ramalho Brittes - INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA

#### Resumo

Aborda-se a relação entre discurso, currículo e trabalho pedagógico (TP), apresentando-se alguns desdobramentos destes dispositivos analíticos concernentes às pesquisas em educação profissional e tecnológica (EPT). Para tanto, inicialmente, selecionou-se um conjunto de teorias discursivas como suporte teórico da escrita e, em seguida, discorreu-se sobre o movimento da virada linguística e suas contribuições para as pesquisas em educação, especificamente no que tange à EPT. A próxima seção do estudo objetivou sustentar o entendimento de currículo como discurso: como um lugar de investimentos históricos, políticos, sociais e culturais. O que se propõe aqui é, de fato, sustentar que diante de uma variada gama de estudos sobre discurso, há que se pensar em como articulá-las de forma profícua nas pesquisas em educação no campo da EPT. Nesse sentido o TP entendido como agência humana é portador de uma liberdade relativa, podendo ou não gerar relações de significações novas através do poder de sua criatividade, fazendo com que novas práticas sejam definidas. Finalmente, acredita-se que estudos no campo do currículo, vinculados a análises discursivas, podem produzir mudanças sociais e educacionais a partir da prática social atribuída, prioritariamente, ao trabalho dos professores.

### DISCURSO, CURRÍCULO E TRABALHO PEDAGÓGICO: POTENCIALIDADES ANALÍTICAS PARA AS PESQUISAS EM EPT

#### Resumo

Aborda-se a relação entre discurso, currículo e trabalho pedagógico (TP), apresentando-se alguns desdobramentos destes dispositivos analíticos concernentes às pesquisas em educação profissional e tecnológica (EPT). Para tanto, inicialmente, selecionou-se um conjunto de teorias discursivas como suporte teórico da escrita e, em seguida, discorreu-se sobre o movimento da virada linguística e suas contribuições para as pesquisas em educação, especificamente no que tange à EPT. A próxima seção do estudo objetivou sustentar o entendimento de currículo como discurso: como um lugar de investimentos históricos, políticos, sociais e culturais. O que se propõe aqui é, de fato, sustentar que diante de uma variada gama de estudos sobre discurso, há que se pensar em como articulá-las de forma profícua nas pesquisas em educação no campo de EPT. Nesse sentido o TP entendido como agência humana é portador de uma liberdade relativa, podendo ou não gerar relações de significações novas através do poder de sua criatividade, fazendo com que novas práticas sejam definidas. Finalmente, acredita-se que estudos no campo do currículo, vinculados a análises discursivas, podem produzir mudanças sociais e educacionais a partir da prática social atribuída, prioritariamente, ao trabalho dos professores.

**Palavras-chave:** Discurso, Currículo, Trabalho Pedagógico, Educação Profissional e Tecnológica.

## INTRODUÇÃO

Este estudo aborda algumas possíveis interlocuções entre as temáticas currículo, discurso e trabalho pedagógico, no intuito de apresentar alguns desdobramentos destes dispositivos analíticos em relação às pesquisas em educação profissional e tecnológica (EPT), que têm buscado subsídios teórico-metodológicos em análises discursivas. O interesse em pesquisar sobre Análise do Discurso surgiu perante a necessidade de sinalizar algumas possibilidades para o desenvolvimento de pesquisas sobre o estudo de políticas curriculares que sejam pautadas a partir de noções de discurso.

O que se propõe aqui é, de fato, sustentar que diante de uma variada gama de estudos sobre discurso, há que se pensar em como articulá-las de forma profícua nas pesquisas em educação no campo de EPT, no intuito de promover estudos que, a partir da análise crítica de discursos, possam produzir mudanças sociais e educacionais a partir do trabalho pedagógico no âmbito escolar, tal prática social é atribuída prioritariamente ao trabalho dos professores.

**Há várias abordagens sobre discurso, bem como diferentes formas de se conceber a definição para o termo. Tanto em estudos de cunho estruturalistas quanto pós-estruturalistas percebe-se a presença de autores que desenvolveram teorias e métodos para uma análise discursiva do social. As razões pelas quais, neste estudo, optou-se por uma investigação no âmbito discursivo integram uma trajetória de outros estudos e pesquisas já desenvolvidas pela autora ao longo do percurso acadêmico e profissional e, atualmente, insere-se em uma pesquisa de estágio pós-doutoral como um *continuum* de estudos anteriores em fase de problematizações e aprofundamentos.**

Nesse contexto, se há como definir um "possível" marco inicial para os estudos no campo do discurso, pode-se considerar que foi com a leitura de Michel Pêcheux (1988[1], 1990[2], 1993[3], 1994[4]), especificamente, através do entendimento de que o discurso, não sendo entendido somente como língua nem somente como fala, constitui-se em um terceiro elemento, uma instância integralmente histórica e social (PÊCHEUX, 1988). Além disso, ao constatar que ao analisar as práticas sociais no campo da educação estava-se diante da opacidade da linguagem, ou seja, da sua não transparência, passou-se a buscar leituras que sustentassem estas pesquisas a fim de estabelecer uma relação menos ingênua com a linguagem, entendendo o discurso como o "lugar de trabalho da língua e da ideologia" (ORLANDI, 2005, p. 38).

Além disso, duas questões adentraram o cenário da análise discursiva: a precariedade e a contingência do contexto discursivo. Para Mendonça,

[...] o discurso está inserido num contexto dominado pela precariedade e pela contingência. A ideia da precariedade se dá na medida em que toda produção de sentido está sempre tendente a ser alternada em função da natureza relacional que envolve a constituição de um sistema discursivo. Já a contingência deve ser entendida a partir do fato de que não há necessidade ou previsibilidade de produção de sentidos pré-determinados por uma totalidade discursiva. A contingência - algo não necessário, mas tampouco impossível - está relacionada, portanto, com a multiplicidade de possibilidades de produção de sentidos no interior do sistema discursivo (MENDONÇA, 2008, p. 60).

Assim, a tão sonhada emancipação do sujeito fica atrelada ao contexto em que o discurso produz sua cadeia de significações. Por se tratar de uma cadeia instável e não pré-determinada, não há como definir, de uma vez por todas, que o sujeito discursivo, à parte das condições de produção do 'seu' discurso, possa alcançar a liberdade. A liberdade, que em termos políticos, alcança o *status* de emancipação, é sempre provisória, precária e contingente, pois se dá dentro de uma disputa discursiva, no ínterim das práticas sociais protagonizadas pelos sujeitos.

Na educação, esse fenômeno caracteriza-se pelo movimento da virada linguística<sup>[5]</sup>. Nessa abordagem teórica, amplia-se a concepção de classes sociais antagônicas, através de um deslocamento da noção de poder e do próprio conceito de ideologia. Assim, novos aspectos são trazidos para o foco da discussão no campo educacional e não somente os estritamente ligados às relações de base e superestrutura postulados por Marx<sup>[6]</sup>. A crítica às formas de dominação do capital permanece, mas são acrescentados outros fatores igualmente relevantes como, por exemplo, as questões de ordem social, política, cultural, familiar, todas entendidas como práticas sociais.

No entanto, nesses termos, há que se considerar o caráter relacional de uma identidade social e, ao mesmo tempo, renunciar a fixação dessas identidades em um sistema, chegando-se ao entendimento de que o social, na verdade, possui identificação com o jogo infinito das diferenças. Esse encontro do social com a diferença conduz à noção de discurso que, para Laclau, trata-se de um conceito cujo significado não se restringe tão somente à fala e à escrita.

Assim, tem-se a concepção de discurso como prática social a qual se depara com a impossibilidade de fixação de um sentido (único) para a análise do social. Entretanto, não se está sustentando que diante desta impossibilidade não exista a necessidade de fixação de sentido. Ao contrário disso, a fixação, mesmo que precária e contingente, irá operar no ensejo da luta hegemônica, e os rumos de tal disputa irão definir a natureza dos discursos postos em suas práticas discursivas.

## TEORIAS DISCURSIVAS E O MOVIMENTO DA VIRADA LINGÜÍSTICA: CONTRIBUIÇÕES PARA AS PESQUISAS EM EDUCAÇÃO

Com base nesses pressupostos anunciados até então, esta seção do estudo aborda alguns conceitos da Teoria do Discurso, desenvolvida por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. Segundo Burity, há várias maneiras de iniciar a caracterização da teoria política de Ernesto Laclau: "como uma teoria do discurso; como uma teoria da hegemonia, como uma reflexão do pós-marxista; como um marxismo pós-moderno; como uma teoria da democracia radical. (BURITY, 2008, p. 36). Não desconsiderando as nomenclaturas acima citadas, nem tampouco reduzindo a compreensão da teoria a uma delas em específico, preferiu-se tratar as contribuições teóricas do autor como uma ampliação dos estudos iniciados por Marx, Gramsci e, mais tarde, Bourdieu e Pêcheux, e, por esta via, pode-se afirmar que se trata de um estudo pautado nas contribuições de teorias neomarxistas.

As teorias desenvolvidas por tais teóricos interessam ao estudo e serviram como base para se chegar à leitura e aplicação da Teoria do Discurso. Ao contrário de alguns estudos pós-estruturalistas, não se tem aqui o interesse de aniquilar o conceito de ideologia, mas de ampliá-lo com as contribuições de Laclau, no sentido de que o ideológico, para o teórico,

[...] consistiria em aquellas formas discursivas a través de las cuales la sociedad trata de instituirse a si misma sobre la base del cierre, de la fijación del sentido, del no reconocimiento del juego infinito de las diferencias. Lo ideológico sería la voluntad de "totalidad" de todo discurso totalizante. Y en la medida en que lo social es imposible sin una cierta fijación de sentido, sin el discurso del cierre, lo ideológico debe ser visto como constitutivo de lo social. (LACLAU, 1993, p. 106.)

Assim, o ideológico não consistiria apenas como constituição de uma falsa consciência, no sentido de que não se configura como uma falsa representação de uma essência positiva, pois há que se considerar o caráter precário de toda positividade. A ideologia é construída, não é dada a priori e, nem tampouco, está passível de ser desvelada no campo da discursividade. Não se trata apenas de uma dimensão superestrutural, sendo produzida no seio das relações sociais.

Dessa maneira, os estudos sobre a linguagem ganharam envergadura teórica, tornando-se um dos principais referenciais nas pesquisas das Ciências Humanas e Sociais. Teoricamente esse movimento ganha expressividade com o Movimento da Virada Linguística, representado pelo filósofo austríaco Ludwig Wittgenstein (1889-1951) que considerou que o problema da filosofia era, de fato, um problema de linguagem<sup>[7]</sup>.

Em uma postura de abandono a sua perspectiva logicista, Wittgenstein, a partir da escrita de Investigações Filosóficas, passou a dedicar-se a uma diferente teorização, julgando insatisfatória sua concepção de elucidação de todos os problemas de linguagem. Para tanto, passou a sustentar que "seria necessário não querer descobrir o que supostamente está oculto sob a linguagem, mas abrir os olhos para ver e desvendar como ela funciona. A atitude metafísica deve ser substituída pela atitude prática (Idem, p. 14). Nessa abordagem, o segundo Wittgenstein defende que:

[...] A linguagem funciona em seus usos, não cabendo, portanto, indagar sobre os significados das palavras, mas sobre suas funções práticas. Estas são múltiplas e variadas, constituindo múltiplas linguagens que são verdadeiramente formas de vida. Em outros termos, poder-se-ia dizer que o correntemente chamado linguagem é, na verdade, um conjunto de "jogos de linguagem", entre os quais poderiam ser citados seus empregos para indagar, consolar, indignar-se, ou descrever (WITTGENSTEIN, 1996, p. 15).

Nesta etapa investigativa o autor sustenta um rompimento com a noção de significado como algo que está do outro lado da palavra, afastando a subjetividade do fundamento da produção de sentido. Assim, a linguagem não poderá mais ser concebida de forma unificada conforme uma única estrutura lógica e formal. Uma única proposição não pode carregar em si a totalidade de significado produzida pela linguagem. No entanto, a linguagem passa a ser constituída de pequenos elementos em sequência que se diferem entre si, organizando-se de forma múltipla e segmentada. Pode-se considerar, em acordo com Wittgenstein, que a semelhança entre tais segmentos constituíam-se através de um 'certo grau de familiaridade' que no processo de produção da linguagem apresentam-se como 'jogos de linguagem'.

Com isso, Wittgenstein oferece uma grande contribuição aos estudos sobre a linguagem e o social, principalmente em sua segunda fase de estudos na qual o filósofo esclarece que, de fato, as questões filosóficas não estão destituídas de sentidos, no entanto, de nada resolve o filósofo tão somente buscar soluções, procurando uma "suposta realidade escondida" sob a linguagem.

Na contemporaneidade, no campo de produção discursiva, estamos constantemente expostos aos mais variados e complexos jogos de linguagem, permeados por embates e disputas no campo da significação. Diante disso, acredita-se que tanto as contribuições dos linguistas estruturalistas, quanto dos filósofos que se dedicaram aos estudos linguísticos, contribuem com os estudos no campo da educação, configurando-se em um *continuum*, na compreensão dos fenômenos sociais.

Se de um lado as contribuições de Saussure ao campo da linguística foram fundamentais para os estudos posteriores sobre concepções de linguagem e discurso como, por exemplo, os estudos desenvolvidos por Benveniste, Pêcheux e Orlandi em uma perspectiva estruturalista; a filosofia de Wittgenstein contribuiu sobremaneira para os estudos neomarxistas, a partir da proposição do movimento de virada linguística, que traz a linguagem e o discurso para a centralidade de análise dos fenômenos sociais em uma perspectiva não somente atrelada à análise linguística, servindo como aporte às análises de diversas práticas sociais.

Dentre tais práticas sociais, situam-se as produções discursivas do campo educacional: a redação e implementação de políticas públicas, proposição de currículos, diretrizes e discursos sobre a organização do trabalho dos professores. Nesse sentido, acredita-se que os estudos discursivos muito têm a contribuir com a análise da educação brasileira, com vistas a apontar ferramentas de análise aos profissionais da educação no intuito de promover a partilha do controle das regras dos jogos discursivos, atingindo-se assim, novos significados para a práxis docente.

## **A CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO COMO DISCURSO**

A partir das contribuições das teorias discursivas apresentadas acima, buscou-se propor que estudos sobre a produção e análise de currículos que organizam a educação profissional e tecnológica a partir da análise discursiva de políticas públicas, diretrizes e documentos oficiais, propostas pedagógicas, além de discursos de professores que atuam na docência de EPT podem ser ferramentas profícuas para problematizar o que está dado/posto como discurso oficial e que, muitas vezes, reforça pressupostos de uma educação tradicional, reprodutivista e não crítica.

Além disso, tal movimento discursivo pode promover a reflexão no campo do currículo, a partir de uma abordagem que priorize a análise dos fenômenos numa perspectiva discursiva. Trata-se, prioritariamente de sustentar o entendimento de currículo como discurso: como um lugar de investimentos históricos, políticos, sociais e culturais.

A esse respeito, considera-se que a produção curricular, nesses termos, não se dá de uma forma linear. Trata-se de uma luta por hegemonia em um campo contestado que requer contínua negociação de sentidos. Através do embate discursivo protagonizado pelos professores é que serão fundamentadas as propostas para o currículo que se quer na escola, especificamente, na educação profissional e tecnológica cujas normativas e diretrizes organizam a proposta curricular em acordo com a noção de currículo integrado. Nesse sentido, há que se garantir esse lugar de protagonismo (agência), considerando que os antagonismos são inerentes ao diálogo.

Nesse viés de compreensão, o poder não se define como algo tão evidentemente identificável, mas como lugar de negociação e ambivalência. Assim, apresenta-se a noção de currículo com a qual se identifica este trabalho. No entendimento do termo como lugar de enunciação que envolve a produção de variados significados que são oriundos tanto da tradição como das novas produções discursivas. Isso inclui condições de produção variadas e se dá num movimento contínuo de construção curricular. Superando-se a prática dicotômica entre currículo escrito e currículo implementado.

Nesse sentido, o currículo passa a ser entendido como uma "[...] tarefa política, como uma prática que envolve momentos enunciatórios, vários sujeitos, díspares interesses e múltiplas relações de força" (MACEDO, 2006). Esse espaço, por ser político, será sempre demarcado por relações de luta hegemônica e pela precariedade e contingência dos discursos. Havendo aí lugar para novas negociações que poderão resultar em novas propostas curriculares.

As políticas curriculares são políticas discursivas. Apesar de sua incompletude inerente, a articulação hegemônica configura-se em um movimento de inúmeras tentativas tanto de recomposição quanto de rearticulação de elementos da própria tradição e das formas de representação de poder. Assim Laclau afirma que "[...] a questão não é dizer quem é o agente da hegemonia, mas como alguém passa a ser sujeito por meio da articulação hegemônica (LACLAU, 1993).

Posto que a compreensão de currículo é inerente à produção de sentidos, existe aí a necessidade de significação para o termo, mesmo que provisoriamente construída em condições de produção precárias e contingentes que não irão estabelecer uma definição última para o termo, mas em consonância com o contexto em que se inscrevem as práticas sociais dos sujeitos envolvidos na pesquisa.

Assim é que se propõe um movimento de desconstrução dos discursos que buscam definir o que pode e deve ser dito pelos sujeitos, pois se entende que não existem identidades pré-estabelecidas nos lugares enunciativos, mas posições-sujeito que são constituídas em conformidade com a lógica das diferenças. As identidades possuem um caráter fluido e temporário, portanto, não podem estipular verdades permanentes sobre o campo do currículo. Nesse sentido, a ideia de estrutura passa a dar lugar à noção de discurso, pois não há estruturas fixas que fechem de forma definitiva a significação.

O discurso é uma totalidade relacional de significantes que limitam a significação de determinadas práticas e, quando estas articulam-se hegemonicamente, constituem uma formação discursiva. A significação é dada por um discurso que irá estabelecer as regras de produção de sentidos. Assim, a política curricular como discurso define como são suas diretrizes, regras, normas, agendas e ações a serem priorizadas no campo educacional. Tal definição é fruto de uma luta ininterrupta por hegemonia e esta sempre se dará de forma contestada e sempre estará em disputa com outras tentativas de hegemonia.

A ação de transformação e mudança em si compreende o limite da estrutura, o momento em que ela se excede de sentido a ponto de ser simbolizada por um lugar vazio. Além da busca pela própria significação, a produção de currículo também atua na disputa pela fixação de sentidos em torno do que se quer que seja entendido por justiça social, emancipação, liberdade e transformação social.

Ainda se apresenta outra preocupação para o campo do currículo: a ocorrência de novos vocábulos para significar antigos conceitos. Isso remete ao apelo à integração curricular. Proposta que pela análise de sua historicidade, nada apresenta em termos de uma proposta inovadora, pois parte de um lugar bem demarcado na literatura sobre o tema, a chamada filosofia da práxis, conceito expressivamente utilizado no campo das pesquisas críticas.

Muito embora, muitas confusões tenham sido geradas em torno da integração curricular, esta deixa bem claro suas bases e influências teóricas. Contemporaneamente isso pode ser observado nas próprias políticas de integração vigentes nos Institutos Federais como é o caso do Documento Base do PROEJA que fora desenvolvido com fortes influências dos movimentos sociais promovidos pelos trabalhadores da educação, bem como com traços dos estudos de Pistrak, intitulado *Fundamentos da Escola do Trabalho*, escrito em 1924, configurando-se como expressão da pedagogia socialista da República Soviética.

O termo currículo integrado, no cenário nacional, recebeu influências de autores engajados com o projeto socialista, bem como trouxe para sua conceituação autores cujo enfoque de pesquisa está atrelado à promoção de uma educação emancipatória, calcada na centralidade do trabalho como instância efetivadora da condição social humana e, no trabalho como princípio educativo. Os mais recorrentes no campo são Frigotto, Ciavatta, Kuenzer, Ramos, dentre outros. Sem dúvidas, esse movimento em torno da produção da integração curricular para a educação profissional e tecnológica, configurou-se como um marco no cenário da educação brasileira, gerando grande expectativa por parte dos movimentos sociais em relação a uma ação transformadora da educação.

Afinal este viés teórico crítico conquistou hegemonicamente espaços para efetivação da filosofia da práxis no cenário educacional, oferecendo as bases que organizam a integração curricular. Nesses termos, cabe conceituar o currículo integrado conforme proposto pelos seus idealizadores:

[...] Reiteramos que a sobreposição de disciplinas consideradas de formação geral e de formação específica ao longo de um curso não é o mesmo que integração, assim como não o é a adição de um ano de estudos profissionais a três de ensino médio. A integração exige que a relação entre conhecimentos gerais e específicos seja construída continuamente ao longo da formação, sob os eixos do trabalho, da ciência e da cultura (RAMOS, 2012, p. 122).

Trata-se de um “novo” ensino médio com antigos princípios: cultura, trabalho, ciência. Mas totalmente inovador para a educação profissional e tecnológica. Assim, o currículo integrado apresenta a proposta de formação de um sujeito integral, integrando a formação geral, técnica e política. Conforme Ramos,

[...] um currículo que integra formação geral, técnica e política, o estatuto de conhecimento geral de um conceito está no seu enraizamento nas ciências como “leis gerais” que explicam fenômenos. Um conceito específico, por sua vez, configura-se pela apropriação de um conceito geral com finalidades restritas a objetos, problemas ou situações de interesse produtivo. A tecnologia, nesses termos, pode ser compreendida como a ciência apropriada com fins produtivos. Em razão disto, no currículo integrado nenhum conhecimento é só geral, posto que estrutura objetivos de produção, nem somente específico, pois nenhum conceito apropriado produtivamente pode ser formulado ou compreendido desarticuladamente da ciência básica (RAMOS, 2012, p. 120).

Discorreu-se até aqui sobre algumas perspectivas teóricas e metodológicas orientadas pela noção de discurso, no intuito de apresentá-las como profícuos recursos analíticos para as pesquisas em educação, em específico no campo de currículo referente à educação profissional e tecnológica. Diante disso, pode-se considerar que a hegemonia de um determinado grupo social não é algo independente, mas está relacionada a sua capacidade de produzir e manter práticas discursivas que a sustentem. Isso confere a precariedade do *status* hegemônico.

## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Este estudo discorreu sobre a relação entre discurso, currículo e TP, apresentando alguns desdobramentos destes dispositivos analíticos relativos às pesquisas em EPT. Para tanto, inicialmente, selecionou-se um conjunto de teorias discursivas como suporte teórico da escrita e, em seguida, abordou-se o movimento da virada linguística e suas contribuições para as pesquisas em educação, especificamente no que tange à EPT. A próxima seção do estudo objetivou sustentar o entendimento de currículo como discurso: como um lugar de investimentos históricos, políticos, sociais e culturais. A esse respeito, considerou-se que a produção curricular, nesses termos, não se dá de uma forma linear. Trata-se de uma luta por hegemonia em um campo contestado que requer contínua negociação de sentidos. Nesse sentido, cabe reiterar a concepção de sujeito adotada por este estudo: a agência humana.

A agência humana é entendida como portadora de uma liberdade relativa, podendo ou não gerar relações de significações novas através do poder de sua criatividade, fazendo com que novas práticas sejam definidas, reorganizando a sociedade. Assim, “a importância do discurso na vida social transita entre a regulação e a transformação” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 46).

Portanto, cabe a esta análise impulsionar a produção de momentos de contestação e reestruturação de ordens do discurso no que diz respeito a repensar o currículo da EPT, através da agência de professores, resgatando seu papel de criação e autoria no espaço-tempo da docência. Para tanto, percebe-se ser necessário uma mobilização para o entendimento sobre a relevância do tema currículo na educação e no cotidiano escolar. Há que se pensar em conjunto, negociar sentidos, promover consensos e conquistas.

## Referências

BURITY, J. A. Discurso, política e sujeito na teoria da hegemonia de Ernesto Laclau. In: MENDONÇA, D.; RODRIGUES, L. P. (Org.) **Pós-estruturalismo e Teoria do Discurso**: em torno de Ernesto Laclau. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

\_\_\_\_\_. **Analysing Discourse - Textual analysis for social research** London and New York: Routledge, 2004.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. **Hegemony and socialist strategy: towards a radical democratic politics**. London: Verso: London, 1985.

LACLAU, E. **Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1993.

MACEDO, E. Por uma política da diferença. **Cadernos de Pesquisa**, v. 36, n. 128, p. 327-356, maio/ago. 2006.

MENDONÇA, D.; RODRIGUES, L. P. (Org.). **Pós-estruturalismo e Teoria do Discurso: em torno de Ernesto Laclau**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

\_\_\_\_\_. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 6. ed. Campinas: Pontes, 2005.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso – Uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Edunicamp, 1988.

RAMOS, M. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. In: RAMOS, M.; FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. (Org.) **Ensino Médio Integrado: concepção e contradições**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

WITTGENSTEIN, L. **Investigações filosóficas**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

[1] PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso – Uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Edunicamp, 1988.

[2] PÊCHEUX, Michel. **Discurso: Estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 1990.

[3] PÊCHEUX, Michel. A análise do discurso: três épocas. In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso – Uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

[4] PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni pulcinelli. (Org.) **Gestos de leitura: da história no discurso**. Trad. Bethânia S. Mariani [et al.] Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994.

[5] A esse respeito Fairclough considera que “[...] os limites entre as ciências sociais estão enfraquecendo, e uma maior diversidade de teoria e prática vem se desenvolvendo nas disciplinas”. Tais mudanças tem-se feito acompanhar por uma ‘virada linguística’ na teoria social, cujo resultado é um papel mais central conferido a linguagem nos fenômenos sociais (FAIRCLOUGH, 2001, p. 20).

[6] [...] “Na relação imediata entre o proprietário dos meios de produção e o produtor direto há que se buscar o segredo mais profundo, o cimento oculto de todo o edifício social, e por conseguinte da forma política que a relação de soberania e dependência adota; em uma palavra, a base da forma específica que o Estado adota em um período dado. Isto não impede que a mesma base econômica presente, sob a influência de inumeráveis condições empíricas distintas, de condições naturais, de relações sociais, influências históricas exteriores, infinitas variações e matizes, que só poderão ser esclarecidos por uma análise dessas circunstâncias empíricas.” (MARX, **O Capital: Crítica da Economia Política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. Livro 1, v. 3, p.775, 776).

[7] Wittgenstein chega então à conclusão que todo o problema da filosofia reduz-se apenas à distinção entre o que pode ser dito por meio de proposições, isto é, mediante a única linguagem que existe, e o que não pode ser dito, apenas mostrado WITTGENSTEIN, 1996, p. 11).